

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o
Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2019,
que cria a Frente Parlamentar em Defesa das
Políticas Públicas de Juventude.

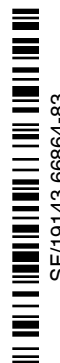
RELATOR: Senador MARCELO CASTRO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 30, de 2019, de autoria do Senador Irajá. A iniciativa institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude.

Entre as finalidades da referida Frente, previstas no art. 2º do Projeto de Resolução, cabe destacar: 1) acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes às políticas públicas de juventude; 2) realizar encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a difundir as medidas legislativas necessárias à efetiva regulamentação do segmento; 3) articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo e das entidades da sociedade civil; 4) promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar no âmbito do Parlamento e perante a sociedade; e 5) acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Poder Público no sentido de aprimorar as políticas públicas de juventude.

Também, destaca-se no Projeto que a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude reger-se-á por estatuto próprio,



SF/19143.66864-83

que será aprovado por seus membros, observado o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal. Será integrada, inicialmente, pelos Senadores e Senadoras, e Deputados e Deputadas Federais que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, as pessoas designadas no estatuto.

Na justificção, o autor da proposta chama ateno para o fato de que, diante dos 51 milhes de jovens Brasileiros, existe uma vacncia de polticas pblicas especficas. Lembra, ainda, que, no tocante a empregabilidade, segundo o IBGE, o desemprego que atinge a faixa etria de 15 a 29 anos chega a ser quase o dobro da mdia geral.

A matria foi distribu da CDH e, na seqncia, seguir para a apreciao da Comisso Diretora do Senado Federal.

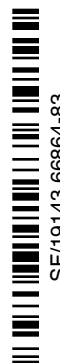
II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a CDH opinar sobre proteo a juventude. Portanto, e regimental o exame pela CDH do PRS n° 30, de 2019. Outrossim, veja-se que, no RISF, no h obices a criao de frentes parlamentares

Ademais, a proposio encontra respaldo no inciso XV do art. 24 da Constituio Federal, que atribui a Unio competncia legislativa concorrente para legislar sobre proteo a infncia e a juventude.

Sob a perspectiva constitucional, a matria encontra amparo no inciso XIII do art. 52 da Constituio de 1988, segundo o qual compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre sua organizao e funcionamento.

Sobre o mrito, cabe assinalar que a iniciativa merece aplausos, uma vez que as vulnerabilidades que afetam o desenvolvimento humano da juventude so extremas. Assim, e de importncia impar dar mais ateno as polticas pblicas para a juventude. No se deve esquecer que a falta de aes para preparar essa nova gerao, a qual assumira o



protagonismo da sociedade brasileira dentro das próximas décadas, pode gerar um prejuízo irreparável ao País.

O Senado da República não pode estar alheio à construção de uma política de Estado para o presente e o futuro da nossa sociedade. O tema, portanto, merece toda a atenção por parte da Câmara Alta.

Por fim, chamamos atenção ao que o Consultor Legislativo Rogério de Melo Gonçalves, no Estudo nº 3.497, de 2011, destaca sobre as frentes parlamentares: “qualquer que tenha sido o mecanismo de criação de uma frente parlamentar, não poderá ela receber competências ou desempenhar funções típicas de órgãos da Casa ou do Congresso, sobretudo das Comissões (limites impostos pela Constituição e pela teoria do direito administrativo). ”

Pelo exposto, vemos a necessidade de registrar uma breve emenda ao PRS retificando parte do inciso I de seu art. 2º que prevê que a frente tenha a finalidade de propor proposições. Como não há previsão constitucional que assegure tal iniciativa legislativa às frentes parlamentares, apresentaremos uma emenda que suprima esse trecho.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Suprima-se, no inciso I do art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2019, o trecho “, propor”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

